



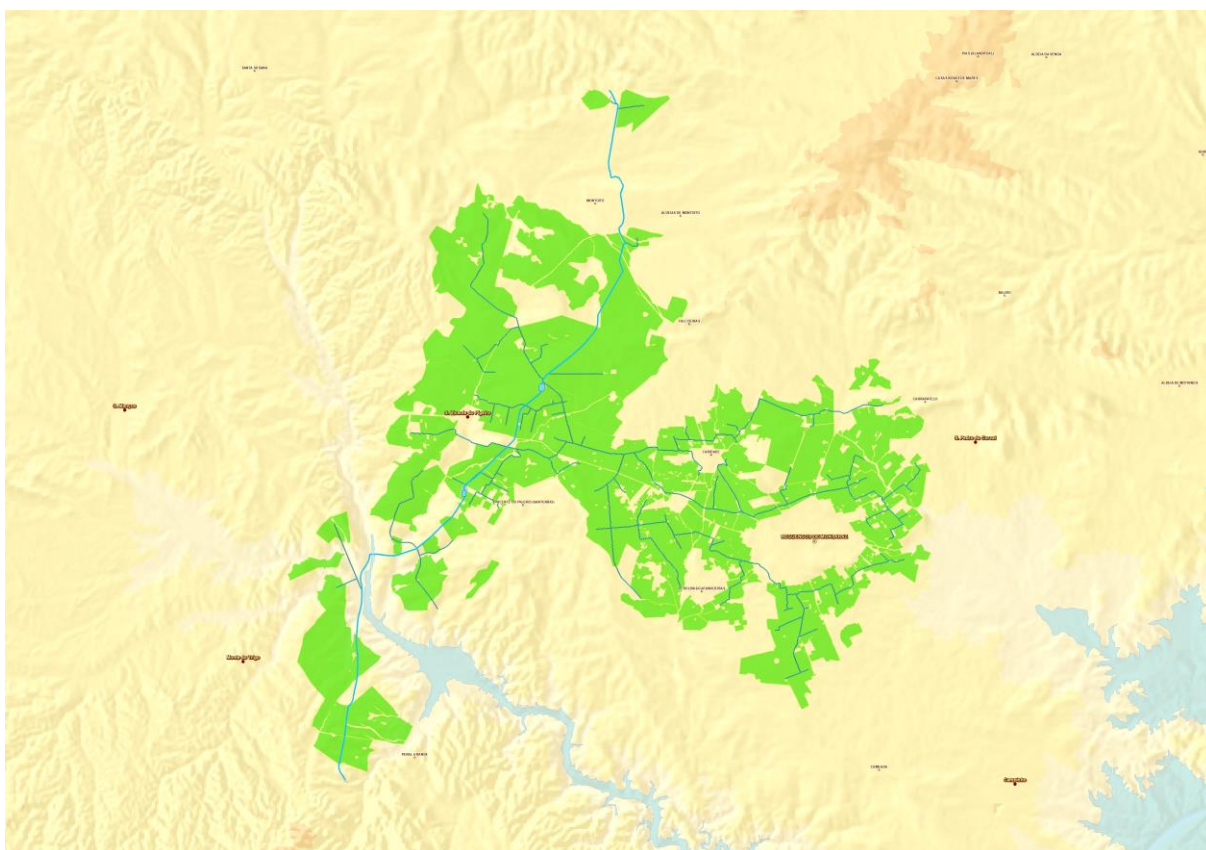
EDIA

Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.

CIRCUITO HIDRÁULICO DE REGUENGOS E RESPETIVO BLOCO DE REGA

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL – RESUMO NÃO TÉCNICO

JANEIRO 2025



Departamento de Impactes Ambientais e Patrimoniais

ÍNDICE

1	O que é o Resumo não Técnico?	2
2	O que é a avaliação de impacte ambiental?	2
3	O que é a declaração de impacte ambiental?	3
4	Quem é o promotor?	3
5	Quem licencia o Projeto.....	4
6	Onde se localiza o Projeto?.....	4
7	Porque é necessário o Projeto?	5
8	O que é o projeto?	6
9	Quais as características da área onde se localiza o projeto?	11
10	Que impactes resultam da implementação do projeto?	19
11	O que acontece se não for contruído ou se for desativado?	24
12	Quais as principais medidas para minimizar os impactes negativos e potenciar os positivos?	24
13	Foi proposta alguma monitorização?	26
14	Qual o balanço final do Projeto?	27

1 O QUE É O RESUMO NÃO TÉCNICO?

O Resumo Não Técnico (RNT) é um documento síntese que faz parte do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), mas é um documento autónomo, de forma a facilitar uma divulgação mais alargada, em particular durante a fase de consulta pública, que faz parte do processo de Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto.

O RNT resume, em linguagem corrente, as principais informações constantes no EIA.

Quem pretender aprofundar algum dos aspetos relativos aos efeitos do **Projeto de Execução do Circuito Hidráulico de Reguengos e respetivo Bloco de rega**, poderá consultar todos os elementos do EIA que estarão disponíveis, durante o período de consulta pública nos seguintes locais:

- Portal Participa (<http://participa.pt>);
- *Website* da Agência Portuguesa do Ambiente (<https://siaia.apambiente.pt/>)

2 O QUE É A AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL?

A Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) é um procedimento previsto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro – que estabelece o Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA) –, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, aplicável a projetos com potenciais efeitos sobre o ambiente.

Nos termos do diploma referido, a aprovação de projetos que, pela sua natureza, dimensão ou localização são considerados suscetíveis de provocar incidências no ambiente, fica sujeita a um processo de AIA.

O **Projeto de Execução do Circuito Hidráulico de Reguengos e respetivo Bloco de rega** tem enquadramento na alínea j), do n.º 10 do Anexo II, Caso Geral, do RJAIA que abrange projetos com as seguintes características: Construção de aquedutos e adutoras com um comprimento ≥ 10 km e um diâmetro ≥ 1 m.

A AIA tem como objetivos avaliar os potenciais efeitos (impactes), positivos e negativos de um projeto ou atividade, e identificar as medidas que evitam, reduzem ou compensam os efeitos negativos significativos, antes de uma decisão ser tomada. A AIA também permite que as

entidades e o público interessado se possam pronunciar, contribuindo para a decisão sobre o projeto.

Assim, o promotor de um projeto sujeito a AIA deve elaborar um Estudo de Impacte Ambiental, contendo as informações sobre os potenciais efeitos da implementação do projeto e as medidas que se propõe adotar para evitar, reduzir ou compensar os efeitos negativos significativos, bem como medidas potenciadoras dos efeitos positivos.

3 O QUE É A DECLARAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL?

O procedimento de AIA termina com a emissão de uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA), que pode ser favorável, favorável condicionada (isto é, favorável, mas obrigando ao cumprimento de determinadas medidas ou à verificação de determinadas condições), ou desfavorável.

A DIA deve ter em consideração a análise dos impactos do projeto realizada por uma Comissão de Avaliação (CA), nomeada para o efeito, bem como os resultados da consulta pública realizada.

A DIA fixa as condicionantes à realização do projeto, os estudos e elementos a apresentar, as medidas de minimização e compensação dos impactos ambientais negativos, bem como de potenciação dos impactos positivos, e os programas de monitorização a adotar, com o detalhe adequado à fase em que o projeto é sujeito a AIA.

O projeto apenas pode ser licenciado após a emissão de uma DIA favorável ou favorável condicionada.

4 QUEM É O PROMOTOR?

Este projeto é da responsabilidade da EDIA- Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva.

O Projeto de Execução do Circuito Hidráulico de Reguengos e respetivo Bloco de rega foi elaborado por distintas equipas de projeto, face aos ajustes que a situação de referência teve nos últimos anos.

O presente Estudo de Impacte Ambiental (EIA) foi desenvolvido pela EDIA, tendo como base o EIA desenvolvido em 2017 e aprovado pela Comissão de Avaliação no ano de 2018. O documento

agora em análise teve como principal diferença do EIA aprovado em 2018, atualização dos descritores socieconomia e agrossistemas (censos 2021) e do uso do solo, dadas as mudanças de culturas que têm vindo a ocorrer, e de outros descritores que são influenciados pela mudança agrícola do solo.

5 QUEM LICENCIA O PROJETO

A entidade licenciadora do projeto é a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) no que diz respeito ao perímetro de rega, estando a Rede Principal e a coordenação do licenciamento a cargo da Agência Portuguesa do Ambiente (APA)/ Administração da Região Hidrográfica do Alentejo (ARH- Alentejo).

6 ONDE SE LOCALIZA O PROJETO?

O **Projeto de Execução do Circuito Hidráulico de Reguengos e respetivo Bloco de rega** localiza-se nos concelhos de Reguengos de Monsaraz (freguesia de Reguengos de Monsaraz, freguesia de Corval e marginalmente a U.F. de Campo e Campinho); Redondo (freguesia de Montoito); Concelho de Portel (Freguesia de Monte do Trigo) e Évora (U.F. de São Manços e São Vicente do Pigeiro e marginalmente a freguesia de Nossa Senhora de Machede).

A nível regional, o Projeto está inserido na Região Alentejo e na sub-região do Alentejo Central.

A localização do projeto é apresentada na figura seguinte.

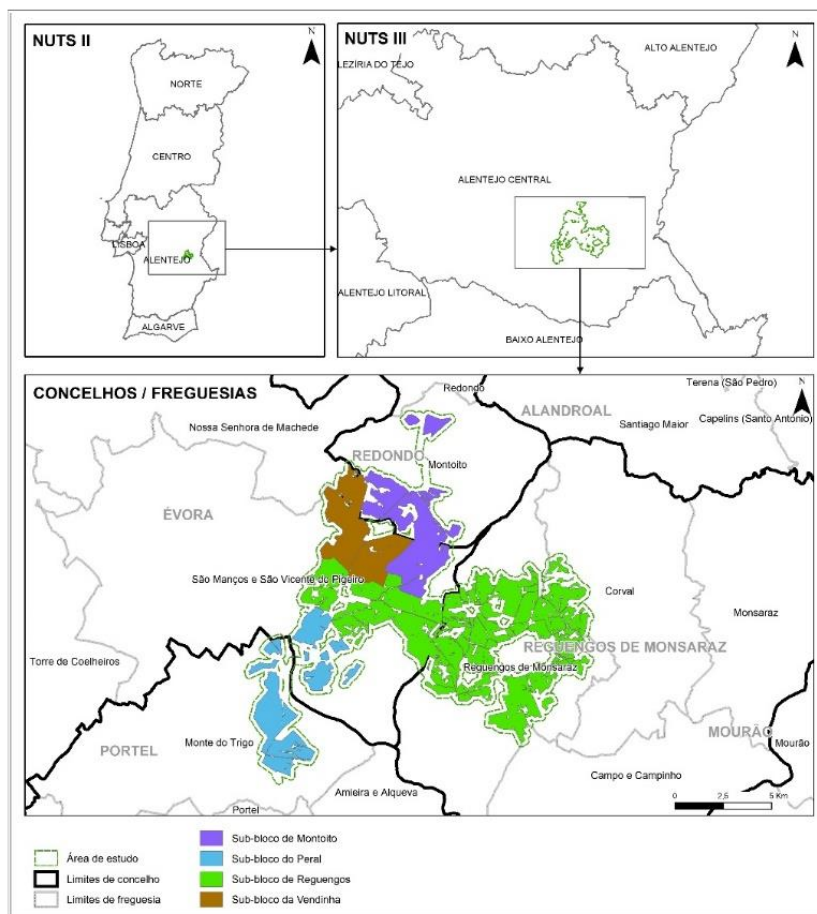


Figura 1: Enquadramento do Projeto a nível nacional, regional e local.

7 PORQUE É NECESSÁRIO O PROJETO?

A principal razão para a realização do **Circuito Hidráulico de Reguengos e respetivo Bloco de rega** é a beneficiação de cerca de 8 800ha de regadio, como forma de melhorar o ecossistema agrícola face à redução da pluviosidade que temos vindo a assistir nesta região, dotando a mesma de uma maior resiliência às alterações climáticas, garantindo em termos socioeconómicos uma melhoria das condições de vida das populações que dependem diretamente do resultado das produções agrícolas.

Outro importante objetivo é o reforço de água à albufeira da Vigia que torna este projeto muito relevante ao nível regional, uma vez que a sua principal finalidade é o fornecimento de água para

consumo humano. Por outro lado, o fornecimento de água e esta barragem permitirá uma regularização dos níveis de água disponíveis e o reforço do armazenamento.

8 O QUE É O PROJETO?

O Projeto do Circuito Hidráulico de Reguengos e respetivo bloco de rega é constituído pela **Rede Principal**, composta por três troços de conduta, de diâmetros entre 1,6 m e 2m., com uma extensão aproximada de 23km, que permite a ligação entre o Canal Álamos-Loureiro e a albufeira da Barragem da Vigia. Ao longo do seu traçado existem dois reservatórios de regularização e uma Estação Elevatória. A partir dos troços de conduta e de um desses reservatórios derivam outras condutas que constituem a **Rede Secundária**, com uma extensão aproximada de 120 Km, responsável pelo abastecimento de água às parcelas que integram o perímetro de rega.

A área abrangida pelo perímetro de rega é de cerca de 8 800ha e encontra-se dividida em quatro sub-blocos, a saber: sub-bloco da Vendinha; sub-bloco de Montoito; sub-bloco de Reguengos e sub-bloco do Peral.

A figura seguinte ilustra o traçado da rede Principal (a vermelho) e a configuração do Bloco de rega, com os quatro sub-blocos representados com cores diferentes.

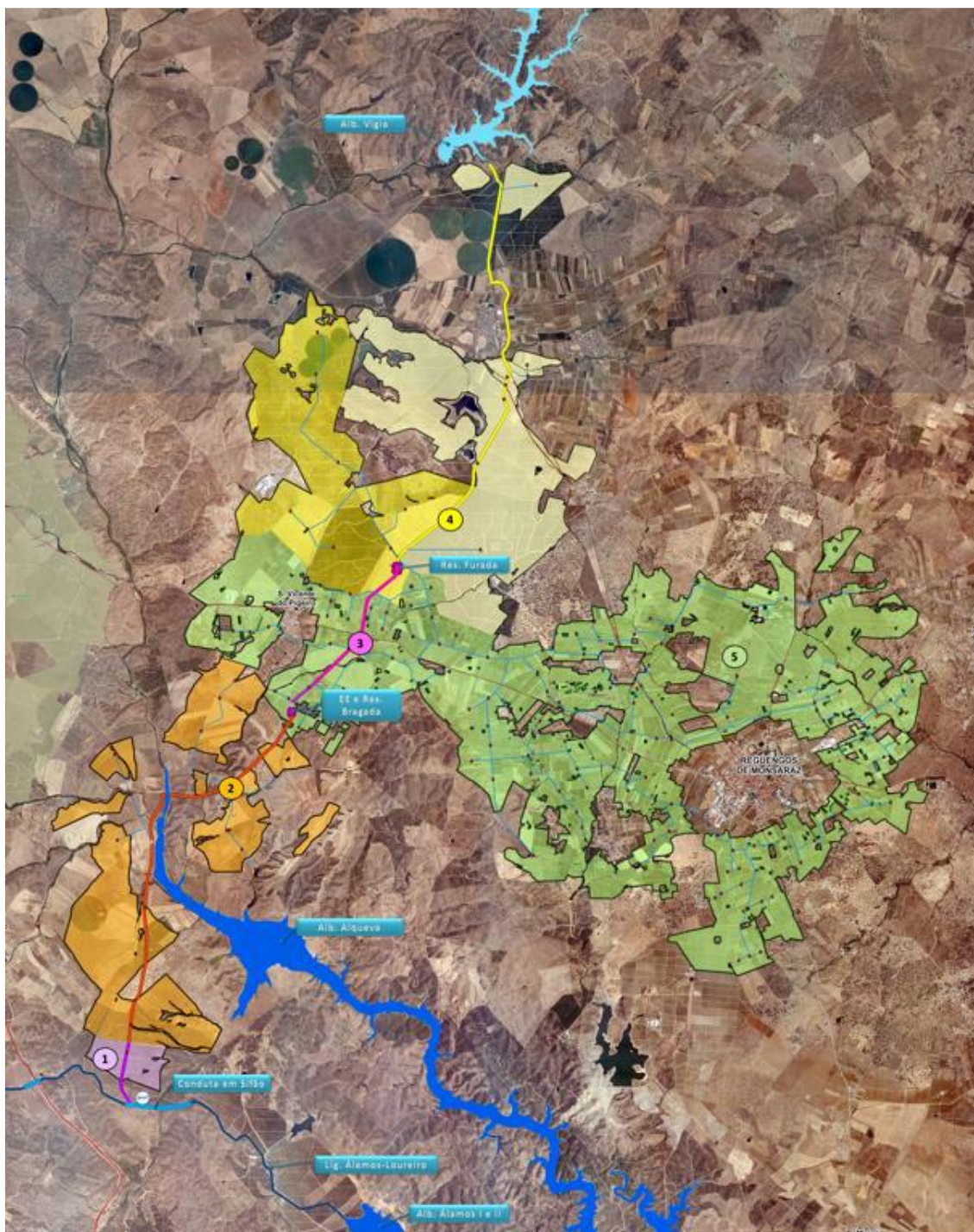


Figura 2: O Projeto do Circuito Hidráulico de Reguengos e respetivo bloco de rega.

Legenda: 1. Tomada de água; 2. conduta adutora; 3. Conduta elevatória entre Reservatório e Estação Elevatória da Furada e Reservatório da Bragada; 4. Conduta gravítica entre Reservatório da Furada e albufeira da Vigia

A Rede Principal terá origem no Sifão 1 do Canal Álamos-Loureiro. Neste canal será construída uma tomada de água de derivação para a conduta adutora do Circuito Hidráulico de Reguengos. Esta conduta terá uma extensão de 9,8km, possibilitando a ligação ao Reservatório da Bragada (R1). Esta conduta atravessa a ribeira da Azambuja e o braço do Degebe da albufeira do Alqueva.



Figura 3: Albufeira do Alqueva (Braço do Degebe) junto à confluência da ribeira da Azambuja e da Aldeia ou da Pecena

O Reservatório da Bragada, será semi-escavado no solo, o que permitirá a sua integração na paisagem. O seu volume útil será de cerca de 60 000m³. Junto ao R1 será edificada a Estação Elevatória da Bragada, também designada EE1. Este edifício, será construído procurando respeitar a traça tradicional para melhor enquadramento na paisagem.

A partir da Estação Elevatória da Bragada, a água será elevada por intermédio de uma conduta que permite a ligação ao Reservatório da Furada (R2). Esta conduta terá uma extensão de 3,6km e permite elevar a água em 40m. Ao longo do seu percurso atravessará a ribeira do Vale.

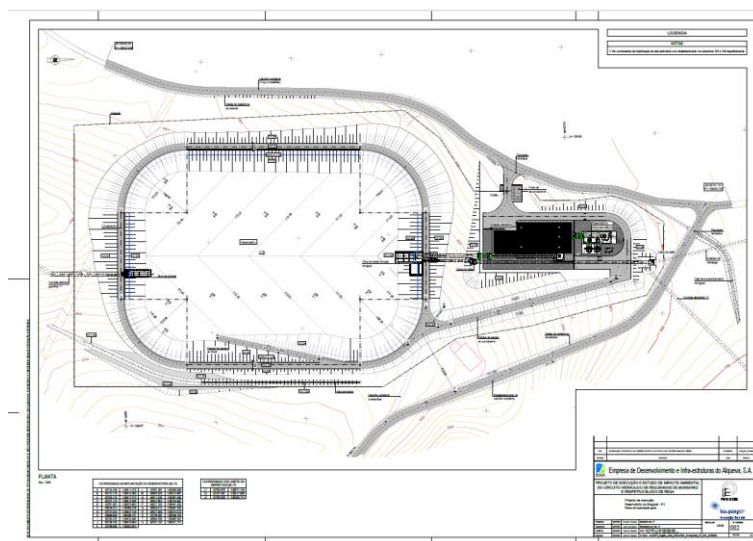


Figura 4: Planta do Reservatório e da Estação Elevatória da Bragada

O Reservatório da Furada, situado num ponto elevado da paisagem, será semi-escavado no solo.

O seu volume útil será de 103 000m³, ou seja, com dimensões muito superiores ao R1.

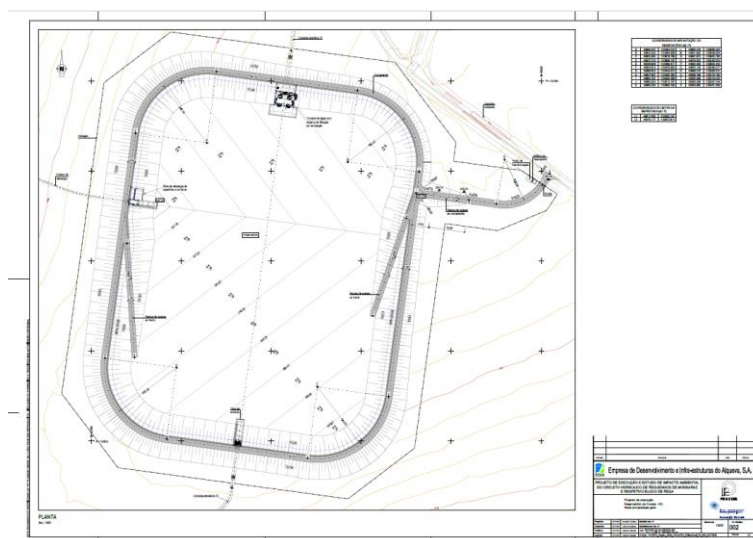


Figura 5: Planta do Reservatório da Furada

O troço final do Circuito Hidráulico será constituído por conduta que liga por gravidade o Reservatório da Furada (R2) à albufeira da Barragem da Vigia. Esta conduta terá um desenvolvimento de 9,6km. Ao longo do seu percurso atravessará a ribeira da Vila.



Figura 6: Local previsto para a travessia da ribeira da vila pela conduta gravítica (km. 5+100)

A conduta gravítica termina junto a um braço da margem esquerda da albufeira da Vigia, próximo da estrada de acesso à Barragem. Esta obra permitirá o reforço do armazenamento de água na albufeira da Vigia, com caudais provenientes da Albufeira de Alqueva.

Este reforço de fornecimento de água à albufeira da Vigia irá permitir atenuar as variações significativas de armazenamento de água e as consequentes dificuldades de fornecimento dos caudais face às necessidades reais.



Figura 7: Vista do local onde será implantada a obra de entrega na Barragem da Vigia

A área abrangida pelo perímetro de rega é de cerca de 8 800ha. Esta área divide-se em quatro sub-blocos, a saber: sub-bloco da Vendinha situado nos quadrantes norte e oeste do perímetro, o sub-Bloco de Montoito posicionado no quadrante norte, o Bloco do Peral localizado no quadrante sudoeste e o Sub-Bloco de Reguengos que abrange os quadrantes este e sudeste.

A origem da água para os sub-blocos é diferente. O abastecimento de água para os sub-blocos da Vendinha e de Reguengos efetua-se a partir do Reservatório da Furada (R2). O fornecimento de água ao sub-bloco de Montoito faz-se a partir da conduta gravítica que liga o Reservatório da Furada e a albufeira da Barragem da Vigia. O abastecimento de água ao sub-bloco do Peral efetua-se a partir da conduta adutora que liga o Canal Alamos-Loureiro e o Reservatório da Bragada.

A partir dos locais de origem, a água é encaminhada para as parcelas rústicas através de condutas, com uma extensão aproximada de 120km, com diâmetros compreendidos entre 1,60m e 11cm. Ao longo das condutas encontram-se distribuídos, alguns acessórios de manobra das condutas como ventosa e descargas de fundo e mais de uma centena de hidrantes, aos quais os beneficiários podem ligar os seus sistemas de rega, cuja execução é da sua responsabilidade.

O **sub-bloco da Vendinha**, é o mais pequeno com 1 243ha. Este sub-bloco apresenta uma estrutura fundiária em que predomina a grande propriedade;

O **sub-bloco do Peral**, situado na margem direita do Rio Degebe, engloba uma área de 1 295ha. A estrutura fundiária abrange maioritariamente grande propriedade, mas também inclui parcelas de pequena e média dimensão;

O **sub-bloco de Montoito**, situa-se a norte e sobretudo a sul desta localidade, abrangendo uma área de 1 427ha. Neste sub-bloco predominam as parcelas de grande dimensão, mas na área mais próxima da localidade de Montoito abrange parcelas de pequena dimensão;

O **sub-bloco de Reguengos** com 4 761ha, abarca mais de metade da área do perímetro de rega. A estrutura fundiária é constituída por parcelas de grande, média e pequena dimensão, verificando-se um predomínio das duas últimas.

9 QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DA ÁREA ONDE SE LOCALIZA O PROJETO?

Do ponto de vista **geomorfológico**, a área de estudo é marcada pelo contraste entre um relevo suave a plano, fazendo parte da extensa superfície de aplanamento que caracteriza a Peneplanície Alentejana, que constitui a unidade natural predominante na bacia hidrográfica do Guadiana e que se caracteriza por extensas áreas a cotas da ordem dos 200 m e um relevo mais marcado resultante da tectónica e da erosão seletiva.

Esta peneplanície é atravessada por vários rios, dos quais se destacam o Guadiana e o Degebe, que asseguram a drenagem natural da região em estudo. Ambos os vales são mais ou menos encaixados.

Ainda relativamente à peneplanície, esta desenvolve-se de forma mais ou menos regular em rochas granitóides, nas zonas onde se situam as povoações de Reguengos e de S. Manços, entre as altitudes 210 e 220 m. Nestes afloramentos granitóides, verifica-se que a peneplanície se encontra sempre a cotas mais baixas, ou seja, “rebaixada” em relação às formações envolventes, constituídas pelos xistos metamórficos, onde a densidade da rede hidrográfica e a dissecação do relevo se encontram mais bem marcadas. Nesta região são ainda de referir outras duas unidades, a depressão de Montoito que ocupa a zona central, e o grande filão dolerítico S. Teotónio-Odemira-Ávila com orientação aproximadamente NE-SW.

Em termos **geológicos** a área de estudo enquadra-se na grande unidade denominada Maciço Antigo, Hespérico ou Ibérico, concretamente numa unidade diferenciada designada por Zona de Ossa Morena (ZOM), mais concretamente, nos setores de Estremoz-Barrancos (SEB) e de Montemor-Ficalho (SMF), abrangendo igualmente os Granitóides Tardi-Variscos. As unidades da Cobertura Meso-Cenozóica assumem também relevância na área de estudo.

Na figura seguinte pode observar-se com maior pormenor a geologia da área em análise.

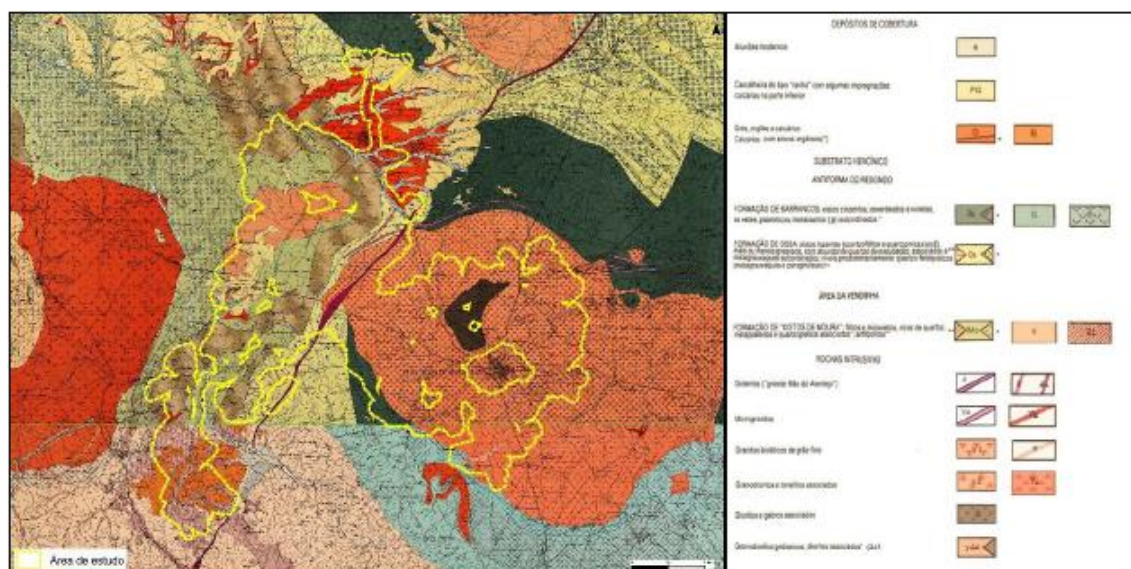


Figura 8: Principais unidades geológicas representadas na área de implantação do Circuito Hidráulico de Reguengos e respetivo bloco de rega

O **clima** da área de estudo é caracterizado por ser um clima temperado (temperatura média anual do ar de 15,9º C) e moderado (amplitude média da variação anual da temperatura do ar de 14,0ºC). Quanto à humidade do ar pode ser considerado seco (humidade relativa anual média do ar entre 87% e 62%) e moderadamente chuvoso (precipitação anual média de 609,4 mm).

De acordo com a cartografia dos Planos de Gestão de Regiões Hidrográficas, o Bloco de Rega de Reguengos sobrepõe-se às massas de **água subterrânea** “Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Guadiana” e não abrange qualquer massa de água associada a aquíferos diferenciados.

Quanto aos **recursos hídricos superficiais**, o projeto desenvolve-se na região hidrográfica do Guadiana (RH7). A área de estudo situa-se em duas bacias hidrográficas: a sub-bacia do Degebe e a sub-bacia do Guadiana. As infraestruturas do projeto interseam uma massa de água artificial: o braço do Degebe da albufeira do Alqueva. No interior da área de estudo encontra-se a Albufeira da Vigia, com uma área de cerca de 262 ha, que tem como principal finalidade o fornecimento de água para consumo humano.

Na área de estudo, as principais linhas de água são o rio Degebe e a ribeira do Álamo. Para além destas duas linhas de água na área do projeto localiza-se uma série de linhas de água, maioritariamente de carácter torrencial, apresentando caudal apenas durante e após episódios de precipitação intensa.

A qualidade da água do rio Degebe, em 2015, pertencia à Classe C – Razoável – águas com qualidade aceitável, suficiente para irrigação, para usos industriais e produção de água potável após tratamento rigoroso. A Ribeira do Álamo é a massa de água que apresenta pior qualidade das linhas de água que atravessam a área de estudo. Tanto em 2011 como em 2012 a classificação da qualidade da água para usos múltiplos inseriu-se na Classe E – Muito Má – águas extremamente poluídas e inadequadas para a maioria dos usos.

Na albufeira da Vigia as pressões mais significativas são provenientes da agricultura, dos sistemas urbanos de tratamento de águas residuais e da pecuária, que nos últimos anos, se traduziram pontualmente, em concentrações elevadas de fósforo e pesticidas na massa de água, superiores aos valores limite estabelecidos na legislação.

A grande maioria dos **solos** ocorrentes na área de estudo possui aptidão elevada a moderada para o regadio. As classes de aptidão menos benéficas concentram-se no sub-bloco do Peral. Aproximadamente 51% da área de projeto apresenta um risco potencial de erosão baixo ou diminuto e cerca de 16% apresenta um risco real de erosão muito elevado.

As unidades pedológicas predominantes apresentam um risco de salinização/ alcalinização baixo (90%). Por outro lado, as classes de drenagem mais representativas são de 0 a 2 – Muito mal a imperfeitamente drenados.

Na área do perímetro de Rega de Reguengos predominam largamente os solos Mediterrâneos Pardos (Pmg), pertencentes à Ordem dos solos Argiluvitados Pouco Insaturados, que são solos evoluídos de perfil ABC com horizonte B árgico.

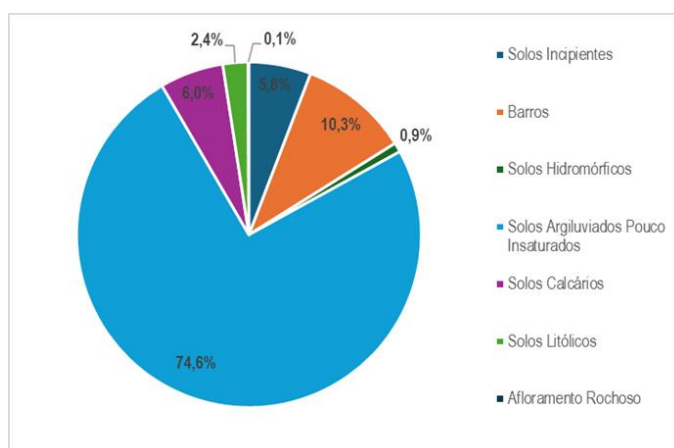


Figura 9: Agregação dos solos segundo a categoria taxonómica de ordem (representatividade expressa em % do total da área de estudo)

Os trabalhos efetuados no âmbito do descritor **património histórico-cultural** confirmaram a riqueza em vestígios do passado existente nos concelhos de Reguengos de Monsaraz, Redondo Portel e Évora. Neste estudo foram referenciados 302 elementos de interesse Patrimonial. Verifica-se uma clara predominância dos sítios arqueológicos com 228 registos, seguidos dos elementos de interesse etnográfico com 58 registos e dos elementos arquitetónicos com 16 registos. A representação destes elementos encontra-se na Carta 11-0 do EIA.

Entre os sítios arqueológicos sobressaem dois períodos na ocupação do território: um na Pré-História Recente e outro durante o domínio romano. Na Pré-História Recente, a sequência inicia-se em meados do 5º Milénio a.C. (Neolítico Médio), no tempo dos construtores de monumentos megalíticos, como são os menires (por exemplo, o menir da Herdade das Vidigueiras e o menir dos Alenqueres) ou os cromeleques (Cromeleque do Monte da Ribeira e o cromeleque dos Perdigões) e também os monumentos funerários das comunidades camponesas (as antas). Durante a 2ª metade do 4º Milénio a.C. (Neolítico final) arranca uma nova sequência que perdura até ao 3º milénio a.C. (Calcolítico), período durante o qual surgem locais propensos à aglomeração populacional, como o Complexo dos Perdigões ou o recinto de fossos de Montoitto.

No período de domínio romano, iniciado em meados do séc. II a.C., as influências dos invasores começam por chegar aos povoados indígenas através da afluência de produtos comerciais e intensificam-se com a presença dos primeiros povoadores, como por exemplo o Castelo da Mina. Posteriormente, em finais do séc. I a.C. ou no início do séc. I d.C. começam a surgir as unidades de exploração agrícola que se disseminam por este território situado na periferia da cidade de *Liberalitas Iulia Ebora* (Évora).

Importa referir que na área de estudo existem 45 elementos patrimoniais com estatuto de classificado ou em vias de classificação. Destes, 37 correspondem a monumentos megalíticos. A maioria destes elementos encontra-se posicionada na envolvente do perímetro de rega. Em relação àqueles posicionados no interior do perímetro de rega, durante a definição da área do Bloco, procedeu-se à delimitação dos polígonos de proteção dos monumentos megalíticos, por forma a que os mesmos fossem excluídos da área a converter em regadio.

No que se refere à Zona de Especial Proteção (ZEP) do Complexo Arqueológico dos Perdigões (n.º 33), a mesma encontra-se no interior do perímetro de rega.



Figura 10: Anta da Herdade do Viseu

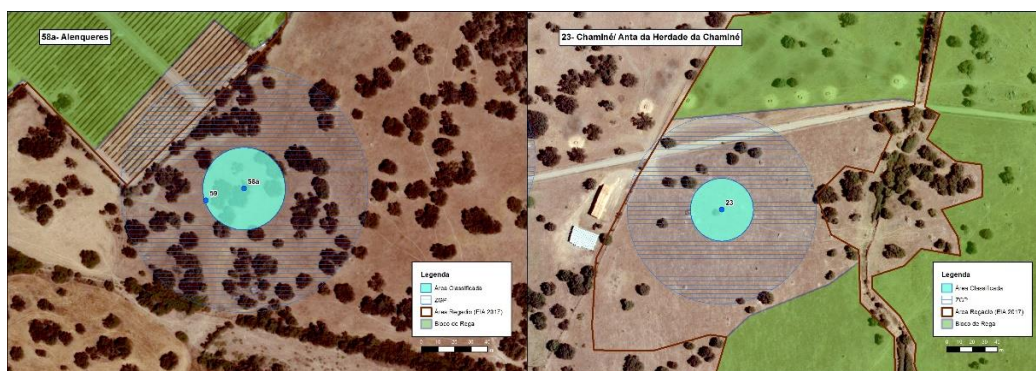


Figura 11: A Anta de Alenqueres e a Anta da Herdade da Chaminé com representação das áreas classificadas e do polígono de proteção e a sua exclusão do perímetro de rega

Relativamente aos **sistemas ecológicos** foram inventariadas 81 espécies vegetais na área de estudo, destacando-se a presença de Sobreiro, Azinheira, espécies com estatuto de proteção. No caso destas duas espécies, derivado da fase de construção prevê-se a afetação de 70 exemplares de quercíneas em povoamento (69 para abate e 1 afetação indireta das raízes), com uma área afeta de 1,62 ha, e de 440 exemplares isolados (404 com afetação direta e 36 afetação indireta das raízes). No que diz respeito ao levantamento efetuado do número de exemplares quercíneas abrangidas, na fase de exploração, pelo futuro bloco de Rega de Reguengos, a sua potencial afetação será da responsabilidade dos beneficiários, estando os mesmos obrigados a solicitar a devida autorização à entidade de tutela. Relativamente a outras espécies com estatuto de proteção foram observados exemplares de salgueiro branco que é relativamente comum nas galerias ripícolas; e de gilbardeira no extremo sudeste da área de estudo. Decorrente dos trabalhos realizados pela EDIA no período de 2021-2024 foram identificados exemplares da linária-dos-olivais (*Linaria ricardoi*) e potenciais áreas de ocorrência, tendo a área de regadio sido reajustada e excluídas todas as parcelas onde foi detetada a espécie. Foram também encontrados vários exemplares de dedaleira-de-Monsaraz, sem estatuto legal de proteção, mas de distribuição globalmente restrita e muito restrita em Portugal. De um modo geral, a vegetação dominante inclui o olival de regadio, vinha, culturas anuais de sequeiro e regadio com azinheiras ou sobreiros dispersos. As comunidades faunísticas presentes são também bastante ricas e albergam espécies sensíveis, onde se incluem a abetarda e o sisão, bem como outras espécies muito importantes do ponto de vista conservacionista. Nas proximidades do projeto encontra-se um ninho de águia-real e colónias de ardeídeos numas das linhas de água atravessadas, ambos locais e as diversas espécies serão integrados no Programa Global de Monitorização da Avifauna (PGMA) do EFMA.

Em termos de **usos do solo**, na área de estudo do Bloco de Rega de Reguengos, que inclui a envolvente de 200 m (aproximadamente 13 519 ha), verifica-se o predomínio do uso agrícola (cerca de 91% da área de estudo), no qual se destacam as culturas de vinha, com uma ocupação de cerca de 26% da área de estudo. Seguem-se as Culturas temporárias de sequeiro e regadio, com cerca de 20%.

Na área de projeto predomina igualmente o uso agrícola, ainda com uma maior expressividade: 97%. Os usos do solo que se destacam são, igualmente, as culturas de vinha que totalizam cerca de 34% da área de projeto, seguindo-se o olival super intensivo com 27% da área de projeto.

No que se refere à **socioeconomia**, o projeto abrange as freguesias Nossa de Senhora de Machede e União das Freguesias de São Manços e São Vicente do Pigeiro (concelho de Évora), Monte do Trigo (concelho de Portel), Montoito (concelho de Redondo), Corval, Reguengos de Monsaraz e União das freguesias de Campo e Campinho (concelho de Reguengos de Monsaraz). São freguesias caracterizadas por um elevado índice de envelhecimento da população, baixo nível de instrução e, tal como no resto do Alentejo, uma forte dependência dos sectores agrícola e terciário.

Em termos de **agro-sistemas**, e relativamente ao tipo de culturas temporárias, verifica-se um predomínio daquelas destinadas à produção de cereais para grão e das culturas forrageiras (suporte de nutrição herbácea do efetivo animal). No que diz respeito ao tipo de culturas permanentes, é de relevar a importância indiscutível do olival destinado à produção de azeitona para azeite (em área e n.º de explorações) em todas as unidades territoriais.

De um modo geral, a maioria das classes de **ordenamento do território** identificadas na área de intervenção do projeto referem-se essencialmente a Espaços agrícolas e Agroflorestais. Relativamente às servidões e restrições de utilidade pública, identificadas na área de estudo, destacam-se áreas de Reserva Agrícola Nacional (RAN), Áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN), Domínio Público Hídrico, a proteção do sobreiro e azinheira e servidão associada ao património edificado.

A **paisagem** em estudo integrada na região natural do Alentejo encontra-se marcada pela diversidade morfológica, materializada por amplas áreas aplanadas a suavemente onduladas, na envolvente de São Manços e Reguengos de Monsaraz, e áreas de relevo mais vigoroso associadas ao maior encaixe das linhas de água, das quais se destacam os rios Degebe e Guadiana. A ocupação do solo é dominada pelas culturas arvenses, vinha e olival, traduzindo a reconhecida maior fertilidade dos solos na envolvente de Reguengos de Monsaraz. É uma paisagem na generalidade pouco povoada, apresentando apenas um aglomerado de maior dimensão, a cidade de Reguengos, e algumas povoações de reduzida dimensão, como Montoito, Falcoeiras, Caridade, Perolivas e São Vicente do Pigeiro que em conjunto com os montes e herdades que proliferam no território constituem o restante povoamento da área de estudo.



Figura 12: Culturas diversificadas na envolvente de Reguengos de Monsaraz

A ondulação praticamente constante do relevo reduz fortemente a amplitude visual dos observadores, determinando que o território na generalidade apresente uma reduzida frequência de visibilidades. Em função da reduzida exposição da área de estudo, a maior sensibilidade visual da paisagem está associada às zonas agrícolas de elevada qualidade visual, vinhas e olivais, na envolvente das povoações, e às ocupações florestais de elevado valor cénico, ecológico e cultural, montados e bosques de Quercíneas.



Figura 13: Alinhamentos de serra das Pedras, seera de Motrinos e serra da Barrada

O **ambiente sonoro** da área de estudo é determinado em função das baixas densidades populacionais, da grande dispersão de áreas urbanas e da baixa atividade industrial, caracterizando-se por ser reduzido e de cariz natural. Deste modo, os únicos possíveis problemas

relacionados com o ruído, ainda que pouco significativos, restringem-se apenas às imediações das vias de comunicação existentes na área de estudo.

Atendendo às características da área em estudo, em que não se identificam fontes de poluição da **qualidade do ar** relevantes, e estão reunidas condições fisiográficas que facilitam a dispersão de poluentes, considera-se que a qualidade do ar é boa. Por outro lado, os dados de monitorização analisados para a estação de Terena, no Alandroal, revelam o cumprimento dos valores limite estabelecidos pela legislação em vigor.

O perfil de **saúde** da população foi caracterizado como base na informação associada ao Perfil de Saúde 2019 – Alentejo Central e do Instituto Nacional de Estatística. De acordo com estes dados, na área de estudo verifica-se um aumento do índice de envelhecimento e do índice de dependência de idosos. No que diz respeito aos serviços de saúde, verifica-se que a Unidade Local de Saúde (ULS) do Alentejo Central é servida por 1 unidade hospitalar do Serviço Nacional de Saúde (SNS): Hospital do Espírito Santo (Évora) e 1 unidade hospitalar privada, Hospital da Misericórdia de Évora. Esta ULS compreende ainda várias unidades funcionais, como Unidades de Cuidados de Saúde Primários, de Saúde Familiar, de Cuidados na Comunidade e Serviços de Atendimento Permanente (Montemor-o-Novo e Vendas Novas).

10 QUE IMPACTES RESULTAM DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO?

A implementação de um projeto origina sempre a existência de impactes negativos e positivos. No que se refere ao **Projeto de Execução do Circuito Hidráulico de Reguengos e respetivo bloco de rega** prevê-se a ocorrência de impactes negativos pouco significativos em alguns descritores, mas também produz impactes positivos noutros, nomeadamente, durante a fase de construção e a fase de exploração.

Durante a **fase de construção**, está prevista a ocorrência de um conjunto de ações que implicarão uma alteração das condições existentes, descritas no capítulo anterior. Essas alterações dizem respeito **i)** à instalação de estaleiros e ao seu funcionamento, **ii)** à movimentação de terras resultantes da construção dos reservatórios e da Estação Elevatória e da abertura de valas para a colocação de condutas, **iii)** ao aumento da circulação de maquinaria e de veículos afetos às empreitadas nos caminhos agrícolas e nas estradas e **iv)** ao atravessamento de linhas de água por maquinaria e pelas infraestruturas do projeto.

A instalação de estaleiros e o aumento da circulação de maquinaria e veículos afetos às empreitadas poderão induzir impactes sobre os **solos** e o **uso atual do solo, na geologia** que se relacionam, sobretudo, com as alterações na camada superficial, e uma consequente degradação de solos, expressa no aumento do risco de erosão e de compactação dos solos e no **ordenamento do território e ambiente sonoro**, devido ao funcionamento do estaleiro e à instalação de acessos para o transporte de materiais e circulação de pesados. A escolha da localização do estaleiro, no entanto, será efetuada atendendo a locais mais adequados tendo em consideração as Condicionantes à Localização de Estaleiros, identificadas no EIA. Na fase de construção, é expectável a ocorrência de um aumento dos níveis de ruído ambiente nos locais de obras. Prevê-se que a **saúde** das populações das localidades situadas na envolvente da área de estudo não sejam afetadas dada a distância das intervenções previstas. Pontualmente, os habitantes das habitações isoladas situadas na proximidade das frentes de obra poderão ser afetados, mas somente durante o período diurno.

O atravessamento de linhas de água poderá induzir impactes sobre os **recursos hídricos subterrâneos** e os **recursos hídricos superficiais** no que se refere à sua contaminação por óleos e/ou combustíveis associados à circulação de maquinaria em obra. No entanto, os impactes serão temporários e pouco significativos caso haja uma adequada gestão ambiental da obra, com a adoção dos procedimentos considerados corretos para estas situações. Nos **sistemas ecológicos**, esta ação poderá implicar a afetação de galerias ripícolas de forma pontual no rio Degebe, na ribeira da Azambuja, na ribeira do Vale e na ribeira da Vila, assim como as colónias de ardeídeos.

A movimentação de terras resultantes da construção dos reservatórios e da Estação Elevatória e a abertura de valas para a colocação de condutas implicará a ocorrência de impactes ao nível da **paisagem** e da **geomorfologia**, em resultado das escavações e dos aterros e movimentações de terras para instalação dessas infraestruturas, dos **agro-sistemas** em resultado de afetações na capacidade produtiva das parcelas afetadas pela implantação de infraestruturas e circulação de maquinaria, mas também ao nível do **património histórico-cultural** com a interseção de contextos de interesse arqueológico. Nos **sistemas ecológicos**, prevê-se a afetação da cobertura vegetal. A abertura de valas para a colocação de condutas, sobretudo aquelas de maior dimensão, implica o abate de azinheiras (quercíneas) dispersas e em povoamento, neste último, no traçado da conduta adutora entre o braço do Degebe da albufeira do Alqueva e o reservatório da Bragada e na área sudoeste do sub-bloco de Reguengos. Estas ações de movimentação de terras e de escavação também interferem na degradação da **qualidade do ar e saúde humana** devido à

emissão de poeiras resultante da desmatização, decapagem, terraplanagem e escavação dos terrenos sujeitos a intervenção e à circulação de veículos e máquinas, no entanto, a magnitude dos impactos dependerá das condições meteorológicas locais, mais concretamente da direção e velocidade do vento, da ocorrência de precipitação e da percentagem de humidade atmosférica, podendo ser negativos mas pouco significativos e de baixa significância.

Durante a fase de construção, perspectiva-se que os trabalhos irão contribuir para a **emissão de gases de efeito de estufa (GEE)** em cerca de 9 406 toneladas de CO₂ equivalente, considerando a queima de combustíveis fósseis dos veículos e maquinaria afeta à obra e o consumo energético no estaleiro.

Em termos de impactos positivos, a execução do projeto será geradora de benefícios consideráveis no que refere à **socioeconomia**, durante a fase de construção poderão ocorrer situações favoráveis ao nível do emprego e da dinamização do comércio local e também ao nível do **ordenamento do território**, uma vez que o projeto em estudo integra as opções estratégicas definidas para a Região do Alentejo, as quais se encontram estabelecidas no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). Assim, em conformidade com o preconizado, nas opções estratégicas definidas para a Região do Alentejo, considera-se que a concretização do Projeto se estabelece como um impacto positivo muito significativo.

Durante a **fase de exploração**, e tendo como exemplo, os outros perímetros de rega atualmente em exploração, será de esperar um incremento da atividade agrícola, sobretudo com o aumento das culturas de regadio, motivado pela implementação em novas parcelas situadas no perímetro de rega ou então através da reconversão em outras onde já se pratica o regadio. Uma vez que na área onde irá ser implementado o projeto já existe uma área considerável de culturas de regadio, não se verificará um impacto negativo com a implementação do projeto.

As transformações ocorridas durante a fase de exploração implicam um conjunto de ações e de rotinas relacionadas com a prática do regadio. Em primeiro lugar, a adesão ao regadio implicará a necessidade de os proprietários procederem à instalação do sistema de rega nas suas parcelas, a denominada rede de rega terciária. A implementação destes sistemas de rega, à semelhança das atividades relacionadas com a fase de construção, motiva a movimentação de terras e a abertura de valas para a colocação de condutas. Por outro lado, no caso das culturas permanentes, a preparação do terreno para a implantação das plantas e a criação de caminhos de circulação na propriedade são também ações potenciadoras de gerar impactos. Além disso,

será necessário construir, em pontos concretos das parcelas, sistemas de bombagem a partir de onde será efetuada a aplicação de fertilizantes. No caso das rotinas associadas à gestão da exploração agrícola destacam-se as operações de tratamentos das culturas, as quais – dado estarmos perante uma área já bastante intervencionada – não se prevê um acréscimo de impactes.

Ao nível do **uso do solo** e do **ordenamento do território** prevê-se que a maior disponibilidade hídrica e que o aumento das áreas de regadio conduzirá a um aumento da atividade agrícola permitindo que os solos sejam cultivados com mais frequência, tornando possível efetuar, em algumas zonas, mais de uma cultura por ano. Em consequência ao nível da **paisagem** prevê-se que esta maior disponibilidade hídrica promova a maior rentabilidade das culturas já presentes na paisagem, vinha e olival, antevendo-se alterações nas planícies cerealíferas, que serão substituídas por culturas arvenses de regadio ou serão palco da ampliação das parcelas de vinha e olival que nas últimas décadas têm sofrido um crescimento exponencial nesta paisagem. Esta substituição de pastagens e de culturas anuais de sequeiro por culturas de regadio induzirá impactes ao nível dos **sistemas ecológicos**, uma vez que essa alteração de habitat implicará uma transformação no elenco faunístico, com especial destaque para as aves. Importa, no entanto, referir que a mudança de culturas já ocorreu numa área elevada do futuro bloco de rega, pelo que o impacto é negativo, mas pouco relevante. Prevê-se o aparecimento de espécies mais generalistas e o afastamento de espécies adaptadas às culturas de sequeiro.

A instalação do sistema de rega terciário e a consequente abertura de valas para a instalação de condutas, assim como, a construção de sistemas de bombagem, a partir dos quais será efetuada a aplicação de fertilizantes poderá induzir impactes ao nível do **património histórico-cultural** com a possível interseção de realidades de interesse arqueológico. Esta ação, ao nível dos **sistemas ecológicos**, poderá também implicar o abate de quercíneas, no entanto, só poderá ocorrer em casos muito concretos, uma vez que o projeto da rede terciária poderá ser compatível com a preservação destes exemplares arbóreos. Na **paisagem**, os impactes mais relevantes e de carácter permanente, dizem respeito à intrusão visual que as várias estruturas construídas no âmbito do projeto, e aquelas que poderão vir a ser construídas pelos proprietários, determinam no território, e às alterações na matriz da paisagem.

A implementação de rotinas associadas à gestão da exploração agrícola, designadamente a aplicação de fertilizantes e de fitofármacos, é a atividade responsável por mais impactes na fase de exploração. Ao nível dos **solos**, no médio/ longo prazo, os principais impactes resultarão das modificações nas características dos solos regados, nomeadamente os riscos de degradação da

qualidade dos solos devidos à salinização e alcalização e o risco de erosão devido às técnicas de rega utilizadas, no entanto, estes impactes poderão ser prevenidos através da aplicação de um conjunto de práticas constantes do Código de Boas Práticas Agrícolas. No que se refere aos **recursos hídricos superficiais** existirá algum aumento da presença de sais (numa fase inicial) e de matéria sólida (em época húmida) nas massas de água. Os impactes resultantes da aplicação de fertilizantes e fitofármacos também se poderão sentir nos **recursos hídricos subterrâneos** e na **qualidade do ar**. À semelhança dos solos, a adoção de boas práticas agrícolas considera-se essencial para evitar problemas ambientais e garantir o sucesso ao Projeto, pelo que o acompanhamento dos agricultores para o efeito por técnicos qualificados, bem como a realização de análises regulares nalgumas linhas de água e massas de água subterrâneas serão de importância vital para prevenir problemas de qualidade e o agudizar de problemas já existentes, como no caso do aquífero de Évora.

Desta forma, durante a fase de exploração, estima-se que as **emissões de gases de efeito de estufa** serão cerca de 6,72 t CO₂eq/ano e para o horizonte temporal da fase de exploração é de cerca de 355,77 t CO₂eq, considerando a queima de combustíveis fósseis dos veículos afetos às ações de manutenção das infraestruturas, consumo energético das instalações e emissões fugitivas.

À semelhança da fase de construção, também na **socioeconomia** é expectável que na fase de exploração se registem impactes positivos, através de aumentos na diversidade das produções agrícolas, na produtividade, no Valor acrescentado Bruto (VAB), no Rendimento Empresarial, no emprego agrícola, no volume de negócios e emprego gerado pelas atividades económicas situadas a montante e jusante da atividade agrícola, bem como no próprio valor da terra.

Outros impactes positivos poderão ser registados no **Património Histórico-Cultural** caso os proprietários das parcelas adotem boas práticas, designadamente através da implementação do acompanhamento arqueológico durante os trabalhos de abertura de valas para a instalação de condutas da rede terciária. O registo dessas realidades e a realização de trabalhos arqueológicos permitirá um aumento do conhecimento do passado da região que poderá potenciar uma mais-valia para o turismo cultural.

Com a concretização deste projeto prevê-se uma melhoria das condições de fornecimento de água para rega, sendo de extrema importância num cenário em que as perspetivas de intensificação de fenómenos de seca induzidos pelo quadro das **alterações climáticas** se concretizam cada vez de

forma mais intensa. Estas melhorias nas condições de acesso à água, bem como do aumento da qualidade de água aduzida, traduzem-se indiretamente na melhoria das condições de **saúde pública**.

11 O QUE ACONTECE SE NÃO FOR CONTRUÍDO OU SE FOR DESATIVADO?

O projeto prevê a implementação de um perímetro de rega numa região com uma população envelhecida e onde a disponibilidade de água para rega poderá funcionar como um motor ao desenvolvimento socioeconómico. A construção do projeto do Circuito Hidráulico de Reguengos e respetivo bloco de rega, permitirá a criação de condições para um incremento da já intensa atividade agrícola existente na região, por outro lado, o fornecimento de água à Barragem da Vigia permitirá uma regularização dos níveis de água disponíveis nessa importante reserva estratégica de água para os concelhos abrangidos por este projeto. Estes aspetos são de clara importância, num cenário de Alterações Climáticas, onde a gestão dos recursos hídricos assume importância inquestionável.

Desta forma a desativação do projeto, então em plena exploração, teria, para além dos impactes associados ao abandono ou remoção das infraestruturas, um impacte negativo no fornecimento de água para rega, com consequências socioeconómicas negativas.

12 QUAIS AS PRINCIPAIS MEDIDAS PARA MINIMIZAR OS IMPACTES NEGATIVOS E POTENCIAR OS POSITIVOS?

A implementação de medidas de minimização ocorre nas diferentes fases do projeto. Assim, ainda **previamente ao início das atividades das obras**, no âmbito do **património histórico-cultural** será necessário desenvolver trabalhos de minimização, por intermédio da realização de sondagens efetuadas por meios manuais e mecânicos, nos sítios arqueológico inventariados no EIA e que serão intercetados pelas infraestruturas do projeto. Estes trabalhos têm como finalidade avaliar se nesses locais existem vestígios arqueológicos preservados. Caso assim seja, será necessário efetuar a escavação integral desses contextos, de modo a salvaguardar o seu registo para memória futura. De igual modo, em alguns elementos de interesse arquitetónico e etnográfico será necessário proceder à execução de trabalhos de registo gráfico, fotográfico e topográfico e elaboração de memória descritiva.

Decorrente dos **sistemas ecológicos**, a EDIA realizou diversos trabalhos realizados no período de 2021-2024, onde foram identificados exemplares da linária-dos-olivais (*Linaria ricardo*) e potenciais áreas de ocorrência, por forma a minimizar os impactos negativos sob a espécie, a área de regadio tem sido reajustada e excluídas todas as parcelas onde foi detetada a espécie.

As medidas de minimização a implementar durante a **fase de construção** encontram-se vertidas no Sistema de Gestão Ambiental (SGA) desenvolvido pela EDIA, que visam garantir uma correta gestão ambiental dos trabalhos de construção.

O SGA prevê implementar medidas de minimização para as seguintes especialidades: frentes de obra e gestão de estaleiros, movimentação de terras, a gestão de origens de água e efluentes, a gestão dos resíduos produzidos durante as atividades da empreitada, os caminhos a utilizar pela maquinaria e veículos afetos à empreitada, a qualidade do ar e o ambiente sonoro, e para o património histórico-cultural, através da presença de arqueólogos que acompanham as atividades da empreitada. Em regime específico também existem medidas para a geologia, os sistemas ecológicos e os recursos hídricos.

Durante as atividades da empreitada também está prevista a realização de ações de formação e sensibilização destinadas para os intervenientes na empreitada.

As quercíneas que serão abatidas/afetadas no decorrer da fase de construção, serão compensadas o âmbito das empreitadas que compõem o projeto em análise, e de acordo com o definido no Plano de Compensação de Quercíneas do SGA, parte integrante do caderno de encargos. O levantamento inicial indica que deverá ser compensada uma área de povoamento, de 1,62 ha, cujo fator de compensação por adensamento dá uma área de 4,86 ha de quercíneas, mais a compensação dos exemplares isolados, totalizados 440 quercíneas atribuindo a fator de compensação de 1,25, dando um total de 550 quercíneas compensadas.

Na **fase de exploração**, incluem-se um conjunto de medidas de minimização que visam prevenir os fenómenos de erosão e/ou salinização dos **solos**, destacando-se a promoção da aplicação do Código de Boas Práticas Agrícolas. Este Código de Boas Práticas Agrícolas visa assegurar a divulgação das melhores práticas agrícolas que garantam a sustentabilidade a prazo da produção agrícola e a preservação dos recursos naturais do território, incluindo várias temáticas como a conservação do **solo**, proteção dos **recursos hídricos**, promoção da **biodiversidade**, gestão de **resíduos**, **energias renováveis** e **património cultural**.

A EDIA concretizará várias **ações de divulgação e sensibilização** aos agricultores beneficiários do bloco de rega, onde contempla vários temas de importância como:

- Impactes ambientais decorrentes da atividade agrícola e medidas a serem adotadas para os minimizar/evitar;
- Importância dos recursos hídricos existentes na área em estudo, nomeadamente e a melhor forma de os proteger;
- Técnicas e equipamentos mais adequados para a agricultura de regadio;
- Aplicação de produtos fitofarmacêuticos e fertilizantes;
- Produção/proteção integrada;
- Importância e manutenção das bandas/galerias ripícolas.

Tendo por base o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC) a EDIA apresenta várias medidas de adaptação às **alterações climáticas** com vista à salvaguarda estrutural e funcional do projeto, nomeadamente no que diz respeito **ao uso eficiente de água** nas práticas agrícolas em causa, onde se destacam medidas de modernização dos sistemas de rega, capacitação e formação dos beneficiários, recuperação e reutilização de água e transição para culturas menos exigentes.

No caso do projeto do **Circuito Hidráulico de Reguengos e respetivo bloco de rega** a EDIA propõe a sua inclusão nos programas de monitorização que se encontram em curso para a fase de exploração do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA). Esses programas são enumerados no capítulo seguinte e abrangem os **recursos hídricos, avifauna e solos**.

A adoção de boas práticas agrícolas considera-se essencial para evitar problemas ambientais e garantir o sucesso ao Projeto, pelo que o acompanhamento dos agricultores para o efeito por técnicos qualificados, bem como a realização de análises regulares nalgumas linhas de água e massas de água subterrâneas serão de importância vital para prevenir problemas de qualidade e o agudizar de problemas já existentes.

13 FOI PROPOSTA ALGUMA MONITORIZAÇÃO?

Os programas de monitorização desenvolvidos ao longo da vida útil de um projeto têm como principal objetivo acompanhar, de forma contínua e sistemática, a evolução dos impactes

induzidos, possibilitando a implementação de medidas corretivas caso se registre um agravar dos impactes.

No caso do projeto do **Circuito Hidráulico de Reguengos e respetivo bloco de rega** a EDIA propõe a sua inclusão nos programas que se encontram em curso para a fase de exploração do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA). Esses programas são os seguintes:

- Programa de Monitorização dos Recursos Hídricos Superficiais para o Sistema Alqueva-Pedrógão e Rede Primária de Rega
- Programa Global para Monitorização dos Recursos Hídricos Subterrâneos do EFMA – Fase de Exploração
- Programa Global para Monitorização dos Recursos Hídricos Superficiais do EFMA – Fase de Exploração
- Programa Global para Monitorização da Avifauna do EFMA – Fase de Exploração
- Programa Global para Monitorização dos Solos do EFMA – Fase de Exploração

Deste modo, a EDIA pretende acompanhar, durante a fase de exploração do projeto, os potenciais impactes que possam ocorrer nas linhas de água e nas massas de água, nomeadamente a Barragem do Alqueva e a Barragem da Vigia, nas reservas de água subterrâneas, nos solos e para o caso da ecologia nas aves com estatuto de conservação vulnerável ou em perigo.

14 QUAL O BALANÇO FINAL DO PROJETO?

De acordo com a avaliação feita no EIA desenvolvido em 2017 e a atualização realizada em 2024 continua a constatar-se que este projeto, mesmo tendo diminuído a área de regadio, se reveste de especial importância a nível local, uma vez que vem servir de água toda a região que neste momento se reveste de escassez, dando um forte contributo para o desenvolvimento social e agrícola, bem como uma garantia de água às massas de água presentes no território – nomeadamente a albufeira da Vigia.

Importa relembrar que este projeto tem uma Declaração de Impacte Ambiental emitida, de parecer favorável condicionado e que à data a EDIA já cumpriu todas as condicionantes e elementos a apresentar que lhe foram impostos em 2018. Dado que o projeto agora em avaliação é em termos de características técnicas e objetivos, em tudo semelhante ao que foi submetido e aprovado em 2017, sendo a única diferença a diminuição de área de regadio e de infraestruturas a construir.

Pelo exposto no parágrafo acima, em termos globais, a primeira conclusão do presente estudo é o facto de que, para a fase de construção, foram identificados maioritariamente impactes pouco significativos para praticamente todos os descritores.

As zonas destinadas à implementação do Reservatório da Bragada que também inclui a Estação Elevatória e do Reservatório da Furada serão as zonas onde ocorrerá maior aparato de obras, devido à volumetria destas infraestruturas, pelo que serão implementadas as medidas necessárias para a minimização dos impactes negativos com maior significado.

Quanto aos sistemas ecológicos, importa ainda referir durante a fase de construção, os impactes resultantes da perturbação da avifauna, durante o seu período de reprodução e a destruição da vegetação devido às atividades de construção. Assim, recomenda-se uma gestão das atividades da obra e o acompanhamento por parte de um técnico de Biologia durante a fase de reprodução da avifauna estepária.

Para os impactes negativos previstos nas restantes componentes ambientais, foram equacionadas medidas de minimização e definido um Sistema de Gestão Ambiental que tem como principal objetivo garantir a aplicação, de uma forma eficaz e sistematizada, dos requisitos de carácter ambiental e das medidas de minimização referidas no EIA, assegurando o acompanhamento ambiental da Empreitada, a definição de procedimentos e registos relativos às operações que tenham incidências ambientais e posterior avaliação dos resultados obtidos, reduzindo, deste modo, os principais impactes expectáveis.

Em relação aos impactes positivos na fase de construção estes centram-se ao nível socioeconómico, estando diretamente relacionados com o aumento temporário da população da área de estudo, dado que previsivelmente haverá importação de mão-de-obra na fase de construção. Refere-se também como impacto positivo a criação direta e indireta de emprego e desenvolvimento de atividades económicas paralelas.

Salienta-se a importância do SGA previsto que tem como principal objetivo garantir a aplicação, de uma forma eficaz e sistematizada, dos requisitos de carácter ambiental e das medidas de minimização específicas, assegurando o acompanhamento ambiental da obra, a definição de procedimentos e registos relativos às operações que tenham incidências ambientais, reduzindo, deste modo, os principais impactes expectáveis.

Na **fase de exploração**, atendendo às características gerais do Projeto e da área de inserção, confirma-se, de acordo com o âmbito definido, impactes negativos principalmente ao nível do

descriptor Ecologia, nomeadamente, no que diz respeito à alteração de conversão da agricultura de sequeiro em agricultura de regadio, mas importa ressaltar que face à alteração que tem decorrido nos últimos anos estes impactes não são significativos. Do ponto de vista florístico, os usos do solo são, na generalidade, caracterizados por um conjunto de espécies com pouco valor ecológico, pelo que os impactes são na generalidade pouco significativos.

A continuidade na modificação dos padrões de ocupação do espaço, designadamente a substituição de culturas anuais por permanentes, irá, inevitavelmente, conferir uma alteração à paisagem, durante a fase de exploração em toda a área de estudo do Projeto, originando os impactes significativos. No entanto, tendo em conta a adaptação para regadio das culturas pré-existent, apesar da matriz da paisagem atual se ir alterar, manter-se-ão os elementos fundamentais para a definição e valorização da estrutura da paisagem.

Na fase de exploração, os impactes positivos com maior significado são ao nível dos recursos hídricos subterrâneos pela diminuição da sua exploração, do património pelo aumento de conhecimento com o estudo dos sítios que serão identificados, socioeconomia e agrossistemas. Salienta-se a receptividade ao Projeto evidenciada pelos agricultores e representantes das populações locais, que compreendem as mais-valias, em termos sociais e socioeconómicos resultantes da sua concretização. O abastecimento de água para rega constitui a concretização das aspirações das populações das áreas limítrofes à matriz inicial dos blocos de rega do EFMA, considerando-se por isso um impacto positivo muito significativo.

O reforço do abastecimento de água para rega vem contribuir para a dinamização da modernização da agricultura na Região do Alentejo, assente na mudança do modelo de desenvolvimento económico, prevendo-se que essa modernização a torne mais competitiva no quadro da agricultura nacional e da União Europeia. Neste contexto, o objetivo a atingir com a implementação do presente Projeto é um impacto socioeconómico positivo, significativo de âmbito regional e com reflexos indiretos no aumento da rentabilidade das explorações agrícolas, beneficiando ainda os agentes económicos e a população em geral.

Refere-se também como impacto positivo a criação direta e indireta de emprego e o aumento de empresas produtoras de fatores de produção (montante) e empresas ligadas à transformação e comercialização de produtos agrícola (jusante), o acréscimo de emprego e de volume de negócios e o aumento do valor da terra.

Em síntese, o projeto agora em análise terá impactes negativos pouco significativos face à situação de referência e impactes positivos com o evoluir do sector agrícola, o qual motivará outras áreas sociais e económicas da sociedade.